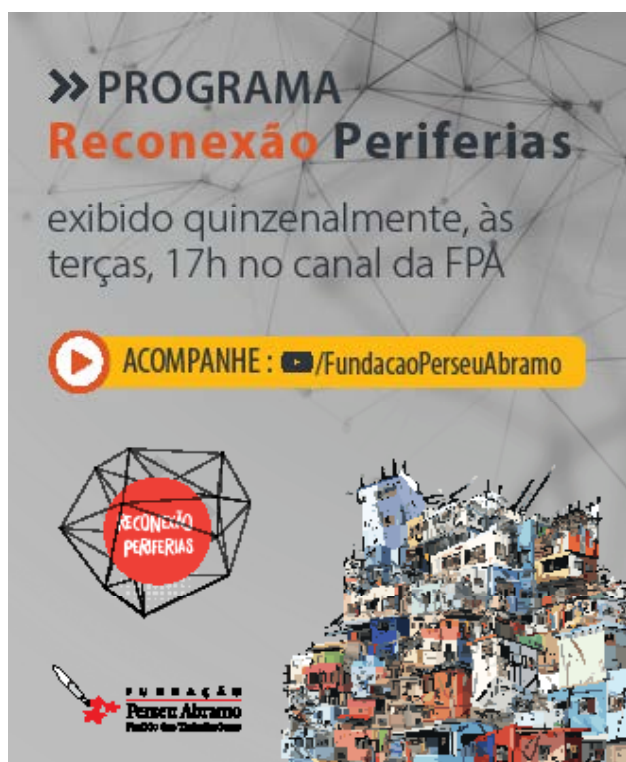


O JOGO PERIGOSO DAS BETS

Publicidade massiva durante a Copa reacende o debate sobre endividamento, saúde pública, mercado ilegal e novas regras do governo para controlar plataformas de apostas

focus
BRASIL



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Interino: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraze, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CAPA

Com publicidade massiva na Copa, bets viram alerta de endividamento e saúde pública no Brasil

pág. 04

Apostas online já disputam renda das famílias brasileiras, aponta economista

pág. 07

Juca Kfoury alerta para publicidade das bets na Copa: “Virou terra de ninguém”

pág. 10

ENTREVISTA

Clara Mattei - “O sistema é muito mais frágil do que pensamos”

pág. 13

BRASIL

Processos por intolerância contra população LGBTQIAPN+ crescem em 2025, aponta CNJ

pág. 21

“Parada Certa” para trabalhadores de aplicativos é instalado em Mauá

pág. 22

Pé-de-Meia e políticas públicas derrubam abandono escolar no ensino médio em 40%

pág. 24

ECONOMIA

Desenrola cria crédito para bons pagadores com juros de até 1,99% ao mês

pág. 26

DE OLHO NA COPA

Entre Cabo Verde e o Brasil, como a Copa do Mundo fez o goleiro Vozinha virar fenômeno nas redes sociais

pág. 27

INTERNACIONAL

Com resultado eleitoral no Peru e Colômbia, extrema direita consolida quadro político na América Latina

pág. 29



“As bets já se tornaram uma questão macroeconômica”, afirma a economista Regiane Vieira, ao analisar o impacto das apostas no orçamento das famílias brasileiras

Com publicidade massiva na Copa, bets viram alerta de endividamento e saúde pública no Brasil

Investigação da Senacon sobre anúncios da CazéTV, pressão por novas regras no Congresso e medidas do governo federal ampliam o debate sobre publicidade abusiva, mercado ilegal e proteção de famílias vulneráveis

Redação Focus Brasil e Henrique Nunes

A Copa do Mundo reacendeu no Brasil uma discussão que já vinha atravessando a vida de milhões de famílias: o avanço das bets sobre o orçamento doméstico, a publicidade agressiva nas transmissões esportivas e a necessidade de fiscalização mais dura sobre um mercado que cresceu rápido demais, com regras tardias e danos

cada vez mais visíveis.

O problema não está no futebol, nem no torneio em si. Está na ocupação de um dos maiores espaços de audiência do país por empresas de apostas que vendem a chance de ganho fácil em um ambiente de endividamento, baixa educação financeira e forte pressão sobre a renda do trabalhador.

Nos últimos dias, a exposição das bets durante jogos da Copa entrou na mira de órgãos de controle. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom), do Ministério da Justiça e Segurança

Pública, abriu procedimento para apurar se a CazéTV cometeu irregularidades ao divulgar apostas esportivas de quota fixa durante transmissões do Mundial.

A investigação analisa vídeos em que a plataforma promove empresas do setor e vai verificar se foram cumpridas as normas de publicidade responsável, que exigem informações claras sobre os riscos das apostas e proíbem mensagens que incentivem apostas impulsivas, sugiram ganhos fáceis ou minimizem os danos da atividade.

O caso se soma a uma ofensiva

mais ampla. No Congresso, projeto apresentado na Câmara quer proibir narradores e comentaristas de mencionar odds (chances), cotações, retornos financeiros, palpites ou prognósticos de apostas durante transmissões esportivas.

A proposta também mira expressões que associem desempenho de atletas ou resultado de partidas a ganhos ou perdas financeiras, além de estabelecer regras para consultores de apostas, os chamados tipsters. A discussão ocorre em meio a um ambiente em que a publicidade de bets deixou de ser intervalo comercial e passou a fazer parte da linguagem da transmissão, da conversa sobre o jogo e da experiência do torcedor.

Terra de ninguém

Em entrevista à Focus Brasil, o jornalista esportivo Juca Kfoury resumiu o cenário com uma frase direta: “Virou terra de ninguém.” Para ele, a situação atual é resultado da liberação sem regras durante o governo de Michel Temer e da falta de controle e fiscalização nos quatro anos de Jair Bolsonaro. A regulamentação iniciada no governo Lula, afirma, precisa avançar para além da arrecadação e enfrentar especialmente a publicidade excessiva.

“A Copa mostrou que a propaganda das bets precisa ser tratada nos mesmos moldes da propaganda de cigarro e bebida”, disse Juca à Focus. Ele defende regras mais duras, mas rejeita a simples proibição das apostas online, por entender que isso empurraria o mercado para fora do país e fortaleceria operadores ilegais.

“Se proibir as bets por aqui, elas vão se hospedar fora do país e continuar existindo. O que é preciso fazer é insistir numa regulamentação que seja segura para a

população e, principalmente, ser muito rigoroso na questão da publicidade”. A avaliação desloca o debate de uma condenação moral do jogo para a responsabilidade pública sobre a forma como esse mercado se apresenta.

O problema, para Juca, também não deve ser reduzido à escolha individual de um atleta, apresentador ou influenciador. “Não dá mais para ‘fulanizar’ a questão. Está generalizado. Apontar um culpado só atrasa a busca por uma solução que deve ser encontrada urgente”, afirmou.

Endividamento entrou no centro do problema

Os dados ajudam a explicar a dimensão do alerta. Pesquisa nacional realizada pelo Instituto DataSenado em 2024 mostrou que cerca de 20,3 milhões de brasileiros com 16 anos ou mais apostaram nas chamadas bets nos 30 dias anteriores ao levantamento.

Entre os que declararam ter gastado alguma quantia em apostas esportivas no período, 42% estavam endividados, segundo dados citados em reportagem da Focus Brasil.

O Banco Central também já havia apontado o tamanho do mercado e seu alcance sobre famílias vulneráveis. Em estudo técnico divulgado em 2024, o BC estimou que cerca de 24 milhões de pessoas físicas participaram de jogos de azar e apostas online, realizando ao menos uma transferência via Pix para essas empresas no período analisado.

Em agosto de 2024, 5 milhões de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família enviaram R\$ 3 bilhões às empresas de apostas via Pix. Desse grupo, 4 milhões eram chefes de família e transferiram R\$ 2 bilhões.

A economista Regiane Vieira, entrevistada pela Focus Brasil,

afirma que as bets já se tornaram uma questão macroeconômica, porque disputam a renda disponível e afetam a economia real ao comprometer a capacidade de consumo e a percepção de bem-estar das famílias.

Para ela, trabalhadores das classes C, D e E são os principais alvos das plataformas justamente por viverem sob estresse financeiro, com menor margem para avaliar riscos e maior vulnerabilidade à promessa de multiplicar renda.

“Muitas famílias desviam recursos que iriam para o pagamento de despesas fundamentais como alimentação, moradia e lazer para as plataformas de apostas na esperança de multiplicar esses recursos e dar conta de todas as necessidades da família”, aponta Regiane.

Na avaliação da economista, a falta de educação financeira, a renda insuficiente, o endividamento caro e a publicidade baseada em ganhos fáceis formam o terreno ideal para a expansão das plataformas de apostas.

Saúde pública e dependência

O debate também saiu do campo estritamente econômico. Em maio, mais de 574 mil pessoas já haviam usado a Plataforma Centralizada de Autoexclusão do governo federal para impedir o próprio acesso a sites de apostas autorizados no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, 207 mil usuários da ferramenta, ou 41% dos pedidos, apontaram perda de controle sobre o jogo ou danos à saúde mental como principal razão para solicitar o bloqueio.

A plataforma permite que o cidadão bloqueie, em uma única operação, o acesso a todos os sites de apostas autorizados pelo governo federal. A autoexclusão

também impede novos cadastros e suspende o envio de publicidade direcionada sobre o assunto. O dado revela uma face central do problema: para parte dos usuários, não se trata apenas de perda financeira, mas de incapacidade de interromper o ciclo de apostas.

A alta demanda levou o Ministério da Saúde a ampliar o atendimento a pessoas com problemas relacionados à dependência em jogos. O serviço por telefone e videochamadas, inaugurado em março em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, já tinha 6.912 usuários cadastrados após três meses. A ampliação deve receber cerca de R\$ 70 milhões até o fim do ano e integra o plano de ações de prevenção, qualificação profissional e ampliação do acesso aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial.

O ministério também prevê R\$ 6 milhões para uma pesquisa nacional inédita sobre os efeitos das apostas na saúde dos brasileiros. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece problemas com jogos de apostas como comportamento potencialmente prejudicial à saúde mental, associado à ansiedade, depressão, outros comportamentos compulsivos e maior risco de suicídio e autoleção.

Governo endurece contra bets ilegais

A reação do governo federal combina regulação, bloqueio financeiro, combate ao mercado ilegal e medidas de proteção ao consumidor. Em 19 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que prevê o bloqueio imediato de recursos financeiros de bets ilegais. Após o congelamento pelos bancos e o fim do processo legal, os valores poderão ser destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública, para ações de combate ao crime

organizado.

Segundo o Ministério da Fazenda, os novos mecanismos reforçam a capacidade do Estado de interromper fluxos financeiros, bloquear valores obtidos de forma irregular e desarticular operadores que atuam fora da regulamentação.

A Secretaria de Prêmios e Apostas, ao identificar uma empresa não autorizada, formaliza a irregularidade e notifica instituições financeiras e de pagamento para bloquear valores em até 24 horas e interromper novas transações. O Banco Central é comunicado simultaneamente para supervisionar a execução.

Desde outubro de 2024, a Secretaria de Prêmios e Apostas mantém acordo de cooperação com a Anatel para bloqueio de sites ilegais. O Ministério da Fazenda informa que a atuação já resultou no bloqueio de mais de 50 mil domínios irregulares. No campo da publicidade digital, as ações removeram centenas de perfis e publicações que promoviam apostas irregulares, além de aplicativos não autorizados retirados do ar.

O endurecimento ocorre em um mercado de alta arrecadação, mas também de forte disputa regulatória. O governo estima arrecadação bilionária com as apostas de quota fixa, mas o avanço de operadores ilegais reduz a capacidade de fiscalização, drena recursos e expõe consumidores a empresas sem autorização. Para Dario Durigan, ministro da Fazenda, o bloqueio financeiro atinge o centro econômico das operações ilegais e reforça o compromisso com uma regulação orientada pelo interesse público.

A publicidade sob investigação

A investigação sobre a CazéTV evidencia o ponto mais sensível

da atual fase do debate. A publicidade das bets não se limita a peças isoladas. Ela aparece no ambiente do jogo, na fala de apresentadores, na linguagem de engajamento e na tentativa de transformar o ato de apostar em extensão natural da torcida. É esse modelo que passa a ser questionado por órgãos de defesa do consumidor, por parlamentares e por especialistas.

A Senacon vai avaliar se a plataforma respeitou normas de publicidade responsável, especialmente a obrigação de apresentar informações transparentes e evidenciar riscos. A legislação proíbe mensagens que incentivem apostas impulsivas, sugiram ganhos fáceis ou minimizem os riscos da atividade.

Regiane Vieira chama atenção para o impacto dessas mensagens sobre famílias de menor renda. Segundo ela, as publicidades utilizam apelos cognitivos e comportamentais baseados na esperança de multiplicação rápida de recursos, muitas vezes reforçada por influenciadores que vendem estilos de vida de luxo como se fossem resultado direto de apostas online. “Esse estresse gera um hiato perceptivo entre a realidade das apostas e o comprometimento do orçamento familiar, levando muitas famílias ao endividamento e à inadimplência”, afirma.

A Copa, portanto, não criou o problema. Ela ampliou sua visibilidade. Ao concentrar audiência, emoção, torcida e publicidade em escala nacional, o Mundial tornou mais evidente uma disputa que já estava instalada no país: de um lado, um mercado bilionário que busca naturalizar as apostas como parte do entretenimento esportivo; de outro, famílias endividadadas, usuários em sofrimento, órgãos públicos tentando fechar brechas e uma regulação ainda pressionada pela velocidade de expansão das plataformas. ■



Tânia Régo/Agência Brasil

Apostas online já disputam renda das famílias brasileiras, aponta economista

Em entrevista à Focus Brasil, especialista em economia das famílias afirma que bets ampliam o endividamento, comprometem o consumo e exigem regulação, educação financeira e atenção à saúde mental

Henrique Nunes

Quando a CPI das Bets chegou ao fim, em junho de 2025, o cenário já era de devastação: milhares de famílias endividadas, empresas com lucros exorbitantes sob suspeita e famosos atuando como vitrine para atrair mais e mais clientes. O trabalho da comissão no Senado teve seu relatório final rejeitado em uma sessão esvaziada, sem apontar culpados, embora apresentas-

se pontos importantes que hoje, um ano depois, parecem ainda mais urgentes.

Para a economista Regiane Vieira, que tem acompanhado de perto os efeitos dos jogos online no Brasil antes mesmo de o tema ganhar força no debate público, a CPI foi uma oportunidade perdida e mostrou que a questão precisa ir além da polarização política.

“Essa é uma discussão que devemos ter em sociedade, pois a reflexão passa pela avaliação de aspectos como escolaridade e nível de alfabetização funcional da

população, renda e subemprego, tributação, acesso à educação financeira e expansão dos serviços de promoção de saúde mental para que a regulamentação de mercados de apostas, algoritmos e propaganda realmente atenda aos anseios da nossa sociedade”, aponta.

Para além da regulamentação, com regras mais rígidas, Regiane acredita em um trabalho que ultrapasse o fator legal: a conscientização. “De forma complementar à regulamentação, o caminho paliativo nesse momento passa por

reforçar a conscientização das pessoas sobre suas decisões financeiras, viabilizar a renegociação de dívidas e melhorar o acesso às terapias de saúde mental e ferramentas de educação financeira.”

- As bets se tornaram um dos principais problemas econômicos do país, causando o endividamento de incontáveis famílias. Já há um balanço consistente de quanto esse tipo de jogo representa no orçamento do trabalhador e da trabalhadora?

- O endividamento sistêmico das famílias brasileiras tem origem em múltiplos fatores, tanto estruturais, macroeconômicos, quanto comportamentais, microeconômicos.

Dentre os fatores estruturais, vemos uma população que, desde a pandemia, enfrenta aumento de preços de alimentos e do custo de vida nas cidades.

Embora nos últimos anos o desemprego tenha sido reduzido e a taxa de desocupação tenha atingido mínimas históricas, o nível de renda dos empregos gerados ainda é muito baixo para dar conta do custo de vida e das necessidades familiares. Por isso, muitas famílias têm recorrido a linhas de crédito caras, como cheque especial e cartão de crédito, para complementar a renda mensal, entrando numa espiral de endividamento.

A expansão das atividades de fintechs, que ampliou a oferta de serviços e principalmente de cartões de crédito, não veio acompanhada de melhora no nível de educação financeira da população que levasse ao planejamento e ao uso consciente dessas linhas de crédito, favorecendo o endividamento não planejado.

Nesse cenário, outro importante fator estrutural é o nível da taxa básica de juros em patamar historicamente alto, o que nos co-

loca entre os países com as maiores taxas de juros reais do mundo, contribuindo para que o endividamento se torne uma bola de neve sem fim.

Do ponto de vista comportamental, ou microeconômico, vemos que vieses comportamentais e a falta de educação financeira geram uma desconexão temporal entre o impacto das decisões financeiras que envolvem consumo, tomada de crédito e apostas, as bets, sobre o comprometimento futuro do bem-estar e da renda da família.

De forma geral, as pessoas têm sua capacidade de percepção das consequências de suas ações financeiras sobre o futuro diminuída quando comparada ao prazer gerado por esses gastos no presente. Falta de regulação adequada de propagandas, redes e atuação de bets completam o cenário.

A publicidade e a obsolescência programada, principalmente de produtos eletrônicos e de eletrodomésticos de linha branca, condicionam o consumo e invertem a percepção das famílias sobre o que realmente é prioritário para elas. Esse ambiente de estímulo ao consumo, aliado ao maior acesso ao crédito e às possibilidades de parcelamento, também contribui para o aumento do endividamento por impulso.

A combinação desses fatores estruturais e comportamentais resulta no campo perfeito para a proliferação indiscriminada de plataformas de apostas, que já se tornaram uma questão macroeconômica à medida que disputam a renda disponível e impactam a economia real ao comprometer a capacidade de consumo e a percepção de bem-estar das famílias.

Influenciadores recebem fortunas para mostrar ao grande público, através de suas redes, estilos de vida baseados em luxo que dizem terem sido construídos

através da facilidade em apostas online. Pessoas comuns, em sua maioria trabalhadores das classes C, D e E, que vivenciam um dia a dia de escassez e insuficiência de renda, são o principal alvo das plataformas de apostas porque são essas pessoas que já estão sob estresse financeiro que compromete a capacidade cognitiva de avaliar impactos e então se tornam mais facilmente iludidas sobre a possibilidade fantasiosa de multiplicar sua renda através de apostas.

De forma equivocada, muitos encaram as apostas como “investimento” diante da possibilidade de multiplicar recursos pela “sorte”, e a economia comportamental nos ajuda a explicar que se cria um hiato entre as perdas geradas por tais apostas e o prazer oriundo dos eventuais ganhos.

Muitas famílias desviam recursos que iriam para o pagamento de despesas fundamentais como alimentação, moradia e lazer para as plataformas de apostas na esperança de multiplicar esses recursos e dar conta de todas as necessidades da família. A economia real perde porque menos renda será direcionada ao consumo de bens, e o setor varejista já sente os impactos disso.

Segundo estudo do IBEVAR de dezembro de 2025, o impacto das apostas sobre o avanço do endividamento das famílias foi mais de três vezes superior ao efeito dos juros. Isso demonstra que parcela significativa da renda das famílias está sendo desviada para plataformas de apostas.

- Há uma relação direta entre o endividamento e a percepção da população em relação ao governo? Embora a imagem tenha estabilizado, a popularidade de Lula 3 poderia ser maior caso tantas famílias não estivessem endividadas?

- Penso que sim. Infelizmente, o endividamento gera alto nível de estresse financeiro e isso impacta negativamente a percepção de bem-estar da família. Ao ter seu orçamento doméstico comprometido com as dívidas, as famílias são penalizadas em sua capacidade de consumo e de realização de sonhos, dificultando a percepção da evolução positiva dos agregados macroeconômicos como baixa taxa de desemprego, inflação controlada, apesar do item alimentos e bebidas, que superou o IPCA, e recuperação de renda desde a pandemia. Na prática, se as famílias não conseguem usufruir dos benefícios do próprio trabalho porque a renda está sendo desviada para o pagamento de dívidas não planejadas, isso gera descontentamento geral em relação às condições econômicas.

- É possível manter as bets numa engrenagem econômica “saúdável”, dentro de normas? Qual a solução para esse tipo de situação que está se tornando caso de saúde pública, com casos de depressão, dependência e suicídio?

- Essa é uma discussão que devemos ter em sociedade, pois a reflexão passa pela avaliação de aspectos como escolaridade e nível de alfabetização funcional da população, renda e subemprego, tributação, acesso à educação financeira e expansão dos serviços de promoção de saúde mental para que a regulamentação de mercados de apostas, algoritmos e propaganda realmente atenda aos anseios da nossa sociedade.

Sob esse aspecto, não sei se hoje há um nível “saúdável” para esse tipo de atividade, considerando que a regulamentação passa por decisões políticas tomadas nas casas legislativas e a CPI das Bets do Senado encerrada em junho de 2025 mostrou que as deci-

sões ainda são polarizadas e não baseadas nas provas apuradas, nem voltadas para as necessidades reais da população.

Fato é que a regulamentação é fundamental para que os impactos negativos das plataformas de apostas sejam controlados e minimizados, e os custos de atendimento à população atingida possam ser financiados pelos impostos gerados por essas atividades e não recaiam apenas sobre o setor público.

Vale lembrar que, no Brasil, além de outras obrigações tributárias, essas empresas pagam 12% sobre o rendimento bruto das apostas, menos que o cobrado em países como Itália e Reino Unido.

De forma complementar à regulamentação, o caminho paliativo nesse momento passa por reforçar a conscientização das pessoas sobre suas decisões financeiras, viabilizar a renegociação de dívidas e melhorar o acesso às terapias de saúde mental e ferramentas de educação financeira.

- Na Copa do Mundo, a Fifa tentou colocar restrições para a publicidade de jogos online, mas os jogadores têm conseguido promover seus patrocinadores de outras formas. Como tem sido o impacto disso no mundo? O Brasil parece ser a vitrine do “tigrinho”. Como é esse tipo de jogo fora do país?

- O mercado de apostas não é exclusividade do Brasil. Ao contrário, outros países possuem acesso a essas plataformas há muito tempo. Em países como EUA e Reino Unido, apostas fazem parte da cultura esportiva e têm o mercado consolidado e regulamentado, inclusive com cobrança de impostos. Na Europa, há forte regulamentação para proteção de apostadores, inclusive com limitação das propagandas, como ocorre na Alemanha.

A grande diferença entre o Brasil e outros lugares do mundo está na abissal desigualdade de renda, no nível de alfabetização funcional e na falta de educação financeira que atingem nossa população, o que explica a expansão desenfreada dessas apostas, que contribuiu para a elevação do endividamento e o comprometimento do bem-estar social.

- Parece não haver ainda um debate sério sobre regulamentação das bets. Do ponto de vista econômico, há algum tipo de controle? Por que as publicidades parecem tão atraentes financeiramente?

- Para resumir, reitero que a CPI das Bets no Senado trouxe no relatório final apontamentos importantes sobre propaganda enganosa, atuação de influenciadores, programação de algoritmos, dentre outros aspectos que evidenciaram a necessidade de limitação de atuação das plataformas de apostas e indícios de crimes financeiros. No entanto, o que vimos foi a rejeição do relatório apesar das provas e parlamentares tirando selfies com influenciadores.

As publicidades utilizam apelos cognitivos comportamentais que se apoiam na esperança que apostadores têm de obter fácil multiplicação de recursos através das apostas, influenciados pelos depoimentos ilusórios dados por influenciadores em redes sociais. Vale lembrar que as famílias de menores rendas, das classes C, D e E, são mais vulneráveis a essas propagandas por vivenciarem estresse financeiro que vem da dificuldade de fazer frente às necessidades da vida apenas com a renda do trabalho. Esse estresse gera um hiato perceptivo entre a realidade das apostas e o comprometimento do orçamento familiar, levando muitas famílias ao endividamento e à inadimplência. ■



Juca Kfoury alerta para publicidade das bets na Copa: “Virou terra de ninguém”

Em entrevista à Focus Brasil, o jornalista esportivo critica a exposição massiva das bets durante a Copa, aponta herança de Temer e Bolsonaro e defende regras mais duras para proteger famílias endividadadas

Henrique Nunes

“Destruí minha vida. Destruí meu casamento. Destruí meus pais. Eu perdi tudo.” Em post compartilhado nas redes sociais em 19 de abril, a cearense Assíria Macêdo, de 29 anos,

contou como o vício em jogos online tirou, em poucos meses, tudo o que ela tinha. Ainda com dívidas, tenta se reerguer longe das chamadas bets, embora ainda não saiba exatamente o que fazer. “Eu e meus pais vendemos as nossas casas e não sabemos mais o que fazer. Estou vivendo de favor.”

A publicação acumula mais

de 6 mil comentários somente no Instagram, grande parte deles com relatos semelhantes, e dá a dimensão do que as bets se transformaram no país. Hoje, esse tipo de plataforma ocupa lugar ao lado do crédito rotativo como um dos principais fatores de endividamento das famílias brasileiras. De acordo com levantamento nacio-

nal realizado pelo Instituto Data-Senado em 2024, 42% dos brasileiros que disseram ter gastado alguma quantia em apostas esportivas ao longo de um mês estavam endividados.

No total, de acordo com o levantamento, cerca de 20,3 milhões de pessoas com mais de 16 anos afirmaram ter apostado nas chamadas bets. É provável que esse número já esteja defasado, já que a realização da Copa do Mundo se transformou na principal vitrine dos jogos online que patrocinam jogadores da Seleção Brasileira e emissoras credenciadas. Em 2024, dados do Banco Central revelaram que R\$ 3 bilhões dos R\$ 14,1 bilhões pagos pelo Bolsa Família em agosto daquele ano foram usados em apostas.

Para o jornalista esportivo Juca Kfourri, o cenário atual das bets é reflexo da liberação sem regras durante o governo de Michel Temer e, posteriormente, da falta de controle e fiscalização nos quatro anos em que Jair Bolsonaro esteve na Presidência.

“Virou terra de ninguém. O governo Lula herda o problema e ainda tenta encontrar um caminho para solucioná-lo. A meu ver, a tentativa de regulamentar, de olho apenas na arrecadação, sem prever a possibilidade de publicidade excessiva, não é suficiente. A Copa mostrou que a propaganda das bets precisa ser tratada nos mesmos moldes da propaganda de cigarro e bebida”, aponta.

Apesar da preocupação com o agravamento do problema diante de tamanha exposição midiática, Juca diz ser contra a proibição dos jogos online por entender que isso repetiria os efeitos da “Lei Seca” entre as décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos, quando o país proibiu o álcool e forçou a criação de um mercado paralelo

e ilegal para a comercialização da bebida.

“Se proibir as bets por aqui, elas vão se hospedar fora do país e continuar existindo. O que é preciso fazer é insistir numa regulamentação que seja segura para a população e, principalmente, ser muito rigoroso na questão da publicidade.”

Neste ponto, Kfourri prefere evitar o que chama de “fulanização” da culpa. “Como é que alguém que tem uma função social, como um atleta ou um apresentador de tevê, não está atento a isso? As bets estão levando milhares de famílias brasileiras à ruína. E a questão não é só dinheiro, porque quem faz publicidade hoje já é consagrado e não precisaria divulgar esse tipo de conteúdo. Mas o problema saiu tanto do controle que não dá mais para ‘fulanizar’ a questão. Está generalizado. Apon-
tar um culpado só atrasa a busca por uma solução que deve ser encontrada urgente.”

Governo anuncia resposta

Dois dias após a Revista Focus conversar com Juca Kfourri, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou uma série de medidas para endurecer as regras de publicidade das bets e exigir avisos sobre os riscos das apostas, a exemplo do que aconteceu com a bebida e o cigarro.

A ideia é que a iniciativa aconteça por meio de medida provisória ainda durante a Copa do Mundo. Empresas do mercado de apostas esportivas estimam que o torneio pode movimentar até US\$ 50 bilhões no mundo, com uma parcela de 10% disso só no Brasil.

“Quando a gente tem esse incentivo às bets, é sempre importante lembrar que a bet faz mal à saúde. É como o cigarro. O Ministério da Fazenda aqui, no caso das

bets, adverte: ‘Bets fazem mal à saúde e fazem você perder dinheiro’”, disse ao Globo.

O titular da pasta reiterou também que a liberação das bets com regras mais frouxas é herança de governos anteriores. “Foi o governo Temer e o governo Bolsonaro que deram autorização para as bets funcionarem e nada fizeram. E é sempre importante revisar isso. A gente tem atuado de maneira rigorosa em relação às bets. Punindo e criminalizando as ilegais e exigindo atuação dentro dos limites legais e regulamentares para as legais”, afirmou.

Os efeitos já começam a ser sentidos. Após o Conar, Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, recomendar a suspensão de propagandas de casas de apostas veiculadas em ações de merchandising na Cazé-TV durante transmissões ao vivo da Copa do Mundo, a emissora hospedada no YouTube resolveu baixar o tom e anunciou um novo formato para divulgar os parceiros durante os jogos. Segundo o comunicado da emissora, a publicidade será mais formal, em resposta à enxurrada de críticas que recebeu nas redes sociais pela postura agressiva adotada anteriormente para vender anúncios.

Arrecadação e mercado ilegal

O ministro da Fazenda estima que a arrecadação federal com a tributação das bets, as apostas de quota fixa, seja de R\$ 9 bilhões ao ano. Os dados apontam forte alta, com o governo arrecadando R\$ 4,5 bilhões somente nos quatro primeiros meses de 2026, dobrando o resultado do mesmo período do ano anterior.

No entanto, o número poderia ser ainda maior caso não houvesse tantas casas de apostas atuando



na ilegalidade. Durigan informou que a Receita verificou a movimentação de R\$ 50 bilhões por 37 bets ilegais somente em junho.

O órgão, que investiga o funcionamento de empresas de apostas sem autorização legal no país, também detectou faturamento incompatível com os rendimentos declarados das empresas já cadastradas. “A partir de agora vai ser tolerância zero com as bets”, finalizou.

Caso de saúde pública

O depoimento da jovem endividada no início do texto escapou de entrar para uma estatística ainda mais grave associada às bets: a de casos que se transformam em problema de saúde pública.

O Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, LENAD III, com dados de 2023, aponta que cerca de 10,8 milhões de pessoas a partir de 14 anos jogam de forma arriscada ou problemática. Segundo especialistas, o vício em jogos virtuais, as chamadas bets, que podem ou não ser esportivas, já

é considerado problema de saúde pública e tem Classificação Internacional de Doenças, CID: Transtorno do Jogo.

O estudo mostra que os grupos mais vulneráveis são pessoas de menor renda e adolescentes que, em tese, nem poderiam acessar jogos virtuais de apostas segundo a lei brasileira. Entre menores de 18 anos, 55% apresentaram comportamento de dependência, enquanto, na população adulta, esse índice é de 39%. No recorte por faixa econômica, 53% de quem ganha até um salário mínimo joga de forma problemática.

Cerco às bets ilegais

O governo federal e órgãos de regulação têm adotado medidas para combater o mercado ilegal, a evasão de divisas e a publicidade abusiva das plataformas de apostas conhecidas como bets.

A Secretaria de Prêmios e Apostas, SPA, em parceria com a Anatel, tem atuado para bloquear sites e aplicativos não autorizados. Além disso, o Conselho

Monetário Nacional, CMN, aprovou resolução que determina o bloqueio de contas e transações financeiras ligadas a empresas ilegais de apostas.

No campo da publicidade, o Conar estabeleceu regras que proíbem propagandas que incentivem o jogo excessivo ou apresentem as apostas como solução financeira. O governo federal também impôs avisos obrigatórios sobre os riscos de danos e dependência nas peças publicitárias.

Também está em funcionamento a Plataforma Centralizada de Autoexclusão, ferramenta que permite aos usuários solicitarem, de uma só vez, o bloqueio de acesso a todas as plataformas de apostas autorizadas pelo governo.

A participação em plataformas de apostas online também é restringida para quem adere aos programas do Desenrola. O bloqueio atua como contrapartida social e de saúde financeira, impedindo que o CPF do beneficiário seja utilizado em sites de apostas durante um período de autoexclusão. A restrição tem duração de um ano.

“O sistema é muito mais frágil do que pensamos”

Em entrevista exclusiva à Focus Brasil, Clara Mattei, autora de *Como Escapar do Capitalismo*, analisa austeridade, juros altos, dívida, MST, jornada de trabalho e movimentos de base no Brasil

Fernanda Otero

Professora de Economia na The University of Tulsa, nos Estados Unidos, e presidente do FREE, Forum for Real Economic Emancipation, a economista italiana Clara E. Mattei lê o capitalismo a partir de suas engrenagens mais concretas.

Dívida, juros altos, trabalho, austeridade, privatização dos serviços e perda de autonomia aparecem, em sua análise, como partes de uma mesma arquitetura econômica. “Ele não está quebrado. Ele foi feito para nos quebrar”, afirma, ao falar de um sistema que, segundo ela, transforma necessidades básicas em mercadorias e empurra trabalhadores para uma dependência cada vez maior do mercado.

Autora de *A Ordem do Capital*:

Como Economistas Inventaram a Austeridade e Pavimentaram o Caminho para o Fascismo, publicado no Brasil pela Boitempo, Mattei prepara o lançamento brasileiro de *Como Escapar do Capitalismo*.

No novo livro, ela trata dos lucros extremos do capital, da dívida, dos juros, da jornada de trabalho e das formas possíveis de emancipação econômica. A conversa com a Focus Brasil parte dessa discussão, mas encontra no Brasil um de seus pontos mais vivos. Para Mattei, o país oferece experiências concretas de organização popular, economia solidária e disputa democrática que ajudam a pensar saídas para além da lógica da austeridade.

O MST ocupa lugar central nessa leitura. A economista cita o movimento como exemplo de invenção coletiva diante da miséria,

da desigualdade e da mercantilização da vida. “O MST é realmente inspirador”, diz.

Ao falar de famílias camponesas pobres que criam “formas criativas de garantir uma vida digna e muito mais ecológica”, Mattei aproxima teoria econômica, território, trabalho e organização popular. O Brasil, afirma, tem “uma tradição muito, muito longa de movimentos muito corajosos”, radicais no sentido de enfrentar a raiz dos problemas.

A entrevista também passa pelos juros altos, pelo endividamento das famílias, pela redução da jornada de trabalho, pela ascensão da extrema direita, pelo Sul Global, pela crítica aos termos “Terceiro Mundo” e “subdesenvolvimento”, pela experiência do Fórum pela Emancipação Econômica Real e pela necessidade de construir instituições de base.



Para Mattei, enfrentar a austeridade exige pressão popular organizada, porque nem mesmo governos de esquerda escapam, por vontade própria, das amarras de uma economia estruturada para proteger o capital.

Leia abaixo a entrevista completa.

- Qual é o argumento central do seu último livro, Como Escapar do Capitalismo?

- O argumento central é revelar do que o capitalismo realmente se trata: dizer que o que estamos presenciando hoje, uma violência política e econômica extrema, claro, desde a eliminação em curso de toda uma população em Gaza, no Líbano, todas as guerras e os genocídios, os desastres, a desigualdade gritante, nunca tão alta na história da humanidade. Tudo isso não é uma exceção. Quero mostrar como isso se manifesta

como tendência e característica intrínseca da nossa economia capitalista. Ou seja, isso não é corrupção, não é uma ruptura causada por alguma forma excepcional de má gestão do capitalismo. Quero dizer o contrário: é assim que o capitalismo é, e, atualmente, estamos apenas vendo a sua natureza crua.

- Em uma citação de seu livro, podemos ler: “Nossa maquinaria econômica está estruturada não para atender às necessidades das pessoas comuns, mas para aumentar os lucros dos detentores de capital. As políticas econômicas servem a essas prioridades”. Seu livro coloca o rentismo no centro do capitalismo contemporâneo. O que é esse rentismo, especialmente diante do que aconteceu recentemente, com Elon Musk se tornando trilionário e, na semana seguinte,

perdendo essa posição?

- Sim, temos o primeiro trilionário do planeta, mas o fato é que temos 500 pessoas que acumularam mais de US\$ 2 trilhões nos últimos anos, enquanto temos, literalmente, mais de 2 bilhões de pessoas em insegurança alimentar e quase 1 bilhão passando fome de verdade. Então, isso é, mais uma vez, uma manifestação muito visível de que esse sistema econômico é irracional.

Mas quero enfatizar: é irracional à lógica da necessidade, a lógica que nos interessa para satisfazer o nosso bem-estar enquanto pessoas, mas é muito lógico, muito racional à lógica do lucro. E essa é toda a questão: não nos perdermos, porque é possível entender o capitalismo como um instrumento; nosso sistema econômico, os mercados, são instrumentos de acumulação de capital, e isso é muito importante.

Então, no meu trabalho, eu realmente tento conectar o que são, hoje, os lucros extremos do capital financeiro, que, na verdade, têm a ver, sobretudo, com a extração de renda. Ou seja: você possui alguns ativos e lucra literalmente colocando outras pessoas em dívida. Essa é a armadilha da dívida, muito característica da economia de hoje. Acabei de fazer uma entrevista muito boa no canal do YouTube do nosso Fórum pela Emancipação Econômica com a Lena Lavinas, que é brasileira e discute exatamente esse ponto. Hoje, 80% das famílias brasileiras estão endividadas. E isso é ruim para as pessoas, mas é vital. É o combustível vital desse capital financeiro e dessa renda. Por quê? Porque, se não houver ninguém disposto a tomar dinheiro emprestado, não haverá dinheiro a ser emprestado.

E essas taxas de juros muito altas são basicamente o que os donos desses ativos obtêm ao emprestar seu dinheiro. Eles não conseguiriam continuar extraindo renda. Agora, o que é importante é o fato de que essa financeirização excessiva hoje toma conta de todos os aspectos do nosso sistema econômico: moradia, escolas, transporte. À medida que o Estado aplica austeridade no mundo todo, trata-se de privatizar esses serviços, que então se tornam ativos através dos quais se pode extrair mais renda. Basicamente, você se beneficia ao acumular bens de que as pessoas precisam e fazer com que elas paguem por eles, em vez de permitir que as pessoas tenham acesso a eles para sua subsistência. Por isso, é muito importante perceber que o endividamento das pessoas, o endividamento da classe trabalhadora, decorre do fato de que as pessoas ganham salários muito baixos e os serviços são muito caros. Assim, a única forma de

acessar serviços básicos hoje é aumentar a dívida pessoal.

Então a dívida privada, que vem disparando ultimamente, está muito ligada à dívida pública, que também está crescendo. E o que quero enfatizar é que a dívida pública e a dívida privada estão entrelaçadas, porque o Estado constantemente reduz o risco do capital privado. Isso é muito importante: sob o regime de austeridade, não há recuo do Estado. O Estado não se retira nem deixa o mercado por conta própria, não existe mercado sem o Estado. O papel do Estado é, na verdade, subsidiar, proteger e efetivamente reduzir o risco do capital privado, especialmente o financeiro e dos grandes sistemas bancários. Hoje temos 30 milhões de dólares por hora sendo retirados do Sul Global para financiar investidores internacionais.

Então existe esse aspecto. Mas quero enfatizar, na sua pergunta, que o que eu realmente quero mostrar é que o capital financeiro não é separável do capital de forma mais ampla, nem do chamado capital produtivo. Meu livro não pretende dizer que o capital financeiro é ruim e que, se apenas voltássemos a um capital mais produtivo, tudo estaria bem. O que quero enfatizar é como o chamado capital industrial, produtivo, esteve, desde o seu início, conectado ao capital financeiro, como os dois cresceram juntos, portanto, a busca por renda é parte integrante da própria acumulação de capital; não é um desvio, eles andam juntos. Estamos agora em uma fase muito extrema de financeirização, mas essa é uma tendência que é, na verdade, constitutiva do próprio capitalismo.

Então, o que precisamos entender é que essa busca por renda se baseia na exploração, isso é muito importante, porque não

é apenas uma questão do capital financeiro. O capital financeiro se apoia na acumulação de capital de forma mais ampla, que se baseia na exploração do trabalho, e, quando digo exploração do trabalho, refiro-me ao fato de que todos os trabalhadores, por definição, produzem mais valor para seus empregadores; mesmo aqueles que têm um bom emprego (que têm muita sorte e que já são muito poucos hoje), mesmo os que ganham bem ainda estão produzindo mais valor para seus empregadores do que o valor que levam para casa no contracheque no fim do mês. Por isso, é muito importante não nos deixarmos hipnotizar pela ideia de que “é a maçã podre”.

Não é que a financeirização, sozinha, seja o problema. A financeirização é, sem dúvida, um problema, mas precisa ser entendida como conectada, primeiro, à constante intervenção do Estado e, segundo, ao chamado capital produtivo, bem como à própria forma como a nossa economia cresce. Nossa economia cresce por causa dessa relação profundamente injusta entre os trabalhadores e os donos do capital, que agora, claro, em vez de investir, recomparam suas próprias ações. Mas são esses capitalistas que vêm explorando o trabalho, e é esse valor excedente que está em circulação, esse é o dinheiro. No fim das contas, o dinheiro nas mãos dos grandes bancos vem da exploração do trabalho.

- Usando a sua explicação, você poderia nos dar três breves prioridades de política pública que você recomendaria para o Brasil nos próximos dois a quatro anos?

- Essa é grande. É muito importante deixar claro que o que estamos vendo hoje, também no Brasil — níveis muito altos de de-

sigualdade, desemprego elevado e juros elevados. Vocês têm as taxas de juros mais altas do mundo; estavam em torno de 15%.

E em um momento em que o desemprego está muito baixo. É um recorde; no nosso caso, estamos vivendo o menor nível de desemprego.

Isso é exatamente, de certo modo, o que a minha pesquisa tenta abordar. No meu livro *Como Escapar do Capitalismo*, há um capítulo sobre a relação entre a inflação e o emprego. Dizem que o que está acontecendo é a meta de inflação, mas o mais importante para a nossa economia capitalista é a meta de taxa de exploração. Deixe-me tentar explicar: quando os juros sobem, o que isso significa para o mercado de trabalho é que o mercado de trabalho perde, certo?

As pessoas encontram menos empregos, há menos investimento e, portanto, menos oportunidades de trabalho, e como as pessoas são dependentes do mercado – e este é um ponto muito importante ao qual gostaria de voltar, a dependência do mercado é a verdadeira armadilha do capitalismo: é aí que o meu livro *Como Escapar do Capitalismo* se apoia na tradição marxista, que escreveu muito sobre isso. O que torna o capitalismo único em relação a outros sistemas é essa dependência do mercado. O que isso significa? Significa que você precisa de dinheiro no bolso para comprar as coisas que lhe permitem existir. É o que as economistas feministas chamam de reprodução social. A reprodução social do trabalho depende de termos dinheiro para, de fato, comprar os nossos meios de sobrevivência.

Ora, isso significa a perda da autossuficiência. E é essa perda da autossuficiência que garante a exploração sob o capitalismo, porque ficamos sem alternativas. Uma vez que se privatizam os nos-

sos meios de subsistência, as pessoas são forçadas a trabalhar, e é isso que importa: é a compulsão econômica. É diferente do que acontecia nos tempos feudais, quando era muito óbvio que você estava sendo explorado, porque era algo muito político. Pense nas sociedades escravistas – inclusive no Brasil. Era óbvio que o escravizado estava sendo explorado pelo senhor de escravos; se o escravizado tentasse fugir, se metia em apuros. Sob o capitalismo, isso já não é óbvio, porque existe uma fachada e uma aparência de igualdade e liberdade no nível do mercado, já que você pode escolher para quem trabalhar.

Mas, se você olha mais a fundo, percebe que, na verdade, tem ainda menos escolha, porque, se você não trabalha, você morre, e essa é a dependência do mercado que está constantemente em ação. O que o aumento dos juros faz é nos manter mais dependentes do mercado, e se você pensar no fato de que as pessoas agora se endividam – como discuti com a Lena na nossa entrevista –, isso é ainda melhor para o sistema, porque nos torna trabalhadores ainda mais disciplinados. Porque, se não trabalhamos, não conseguimos nem pagar a nossa dívida, damos calote, podemos ir para a prisão, é um verdadeiro desastre. Então, toda a questão é que o aumento dos juros mantém muito alta a nossa precariedade – a nossa sensação de incerteza e a nossa disposição para aceitar qualquer emprego –, porque o desemprego sobe. E assim ficamos em competição com outros trabalhadores e somos substituíveis.

E essa substituíbilidade é exatamente a chave para manter a dominação de classe sob o capitalismo: somos substituíveis. Assim, quanto maior a taxa de desemprego, melhor para o capitalismo, isso é muito importante, porque eu mostro que a austerida-

de monetária – que vem, sobretudo, do aumento dos juros, tornando o dinheiro mais caro – é, claro, ótima para os bancos, ótima para os credores, que ficam obscenamente ricos sem fazer nada (extraindo renda), enquanto todos os demais têm que aceitar taxas mais altas de exploração se quiserem sobreviver.

Além disso, os juros altos afetam os gastos sociais, pois tomar empréstimos também fica caro para os governos. Assim, os governos têm que limitar seus gastos e, com isso, abrir as portas para a privatização. E o ciclo continua em favor da acumulação de capital. Então, o que eu gostaria de enfatizar, em termos de políticas, é que a coragem dos governos, hoje, está em dizer: precisamos operar contra a lógica da acumulação de capital, reproduzindo as pessoas em espaços de maior independência em relação ao mercado.

E como isso acontece? Fazendo o oposto das medidas de austeridade. Por exemplo, de fato, oferecer alguns serviços, isso é importante: com a Lena, novamente, estávamos discutindo como as transferências de renda – em muitos dos programas de combate à pobreza, também no Brasil – chegam às pessoas em forma de dinheiro. Acho que mais de dois terços das medidas de bem-estar social no Brasil são, na verdade, dinheiro que os pobres recebem. Isso soa bem, mas o que realmente acontece aqui é que você aumenta o número de clientes para os bancos, porque as pessoas então abrem contas. E esse dinheiro não é suficiente, então elas se endividam, ou seja, isso reforça a dependência do mercado. O que precisamos fazer não é apenas dar dinheiro às pessoas; são serviços sociais – ou seja, moradia, escola e transporte não podem ser mercadorias.

E isso significa, de fato, abrir espaços de autonomia em relação

ESCAPE FROM CAPITALISM

ECONOMICS IS POLITICAL, AND OTHER LIBERATING TRUTHS

CLARA E. MATTEI

ao mercado, o que significa menos disciplina e mais criatividade para formas de produção que não sejam exploratórias. Essa, acho, é uma questão muito importante. Mas quero enfatizar que isso não vai acontecer do nada. Só vai acontecer por meio de pressão vinda de baixo, porque o Estado capitalista — inclusive a esquerda — vem impondo austeridade, pois é isso que o capitalismo exige.

Então vou encerrar dizendo o que realmente tento dizer no livro *Como Escapar do Capitalismo*: a austeridade não é apenas uma má política, a austeridade não é irracional. Esse é um ponto de vista muito ingênuo e simplista, pois nos engana, levando-nos a pensar que é possível ter capitalismo sem austeridade. Quero provar, por meio da minha pesquisa, que, se você quer capitalismo, tem que ter austeridade.

E se os governos querem ir além da austeridade e realmente começar a oferecer serviços, em

vez de cortar, privatizar, reduzir salários e aumentar os juros, eles precisam confrontar a forma como a produção acontece e repensar as próprias dinâmicas de poder que sustentam a nossa economia. E isso exige pressão vinda de baixo, não vai acontecer nem mesmo com a esquerda no governo. Também no Brasil, como sabemos, temos visto muita austeridade ultimamente. E isso não se deve apenas ao fato de que as pessoas no governo, como o Lula, sejam ruins; não, não se trata de serem pessoas boas ou ruins, trata-se da lógica da nossa economia capitalista. Então, para que os governos possam de fato ser corajosos e enfrentá-la, é preciso que haja pressão vinda das pessoas comuns, das associações, dos movimentos que empurram esses governos a serem um pouco mais corajosos.

- Você acabou de mencionar o confronto e os movimentos

de base. Do seu livro, temos a citação: “Queremos entender o papel desempenhado pelas diferentes classes na construção do sistema do qual elas são, ao mesmo tempo, autoras e prisioneiras.” Estamos em um momento, no Brasil, em que lutamos para reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais. Essa é a luta do momento no Brasil. E, de acordo com essa citação sobre as diferentes classes, você diz que elas são as duas coisas. Onde devemos olhar para ver essa dinâmica em ação, para além dos líderes individuais? Porque as pessoas estão meio que hipnotizadas pela ideia de serem empreendedoras e de não precisarem lutar por seus direitos. E também há o debate sobre os mercados livres e sobre não regulá-los de jeito nenhum, para que todos possam trabalhar, como está acontecendo na Argentina. **Então, como podemos ter esse debate de forma profunda na sociedade?**

- Esse é realmente o ponto central: aceitamos o nosso papel de consumidores passivos e, eu diria, de supostos empreendedores. Existe a ideia de que todos nós queremos ser empreendedores, e isso acontece porque as ideias que vêm dos economistas são muito poderosas — poderosas, basicamente, para esconder o que importa: o fato de que o valor não vem apenas das virtudes de poupar e investir dos empreendedores individuais. O valor vem dos trabalhadores e da exploração, e, portanto, toda essa ideia de que não existem classes, apenas indivíduos, é, claro, a melhor forma de manter a nossa ordem econômica sem contestação. O que precisa acontecer, acho eu, é uma solidariedade real na base, que compreenda que as lutas econômicas — como reduzir a jornada de trabalho — são, no fim das contas, lutas políticas, porque a

exploração se baseia justamente em nos tirar o nosso tempo.

Roubar o nosso tempo, o tempo de trabalho não pago, é o núcleo da nossa economia capitalista, então, roubar o nosso tempo é, na verdade, aquilo em que toda a economia se assenta. Por isso, precisamos entender que essa não é apenas uma questão econômica; ela vai, na verdade, à raiz da relação política de produção: quem decide por nós o que fazemos e como fazemos, e isso vale também para trabalhadores bem pagos que, por exemplo, trabalham hoje no Google. Sabemos que o Google subsidia o exército israelense com toda a IA, e é responsável por, e parte da extração ecológica que está devastando sociedades indígenas, está tudo conectado, por isso precisamos retomar a soberania.

E acho importante começar por uma campanha como a que você sugere, porque é muito tangível, muito concreta, mas também muito profunda — porque, se você quer mesmo enfrentar o problema da jornada de trabalho, precisa dizer: não queremos, como horizonte da nossa sociedade, mais trabalho produtivo nem mais excedente. Não, não nos importamos com o valor. Não nos importamos com a nossa submissão ao valor como uma entidade abstrata que só beneficia poucos. Queremos retomar os nossos meios de vida. Então é algo muito, muito concreto. Por isso, acho que o importante é tentar conectar esses movimentos para além dos sindicatos. Os sindicatos não são suficientes neste momento, precisamos ser capazes de nos conectar com as bases.

E, sabe, em Tulsa, nós criamos esse Fórum pela Emancipação Econômica, que é, na verdade, um modelo baseado em assembleias. Eu me inspirei a criá-lo, junto com muitos outros cidadãos em Tulsa, também por causa

das lutas que estudei e que vêm acontecendo no Brasil. O Brasil é um espaço e um terreno extremamente fértil para movimentos horizontais, baseados em assembleias, que alcançaram muito sucesso. A questão é como fortalecer todos esses movimentos de base, o Movimento Contra as Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra — todos os grandes movimentos no Brasil compartilham uma compreensão comum de que se trata de retomar a humanidade sobre a economia. Por isso, precisamos unir esses grupos e deixar claro que você pode tentar mediar com o capital, mas, no fim das contas, o capital será o seu inimigo.

Precisamos repensar as prioridades da nossa economia, e isso você pode fazer de forma muito concreta. Para dar um exemplo, Tulsa fica no sul dos Estados Unidos, é um lugar muito, muito desigual, fortemente segregado racialmente, o centro de toda a extração nos EUA por muitos e muitos anos. Então todas as contradições estão ali, inclusive as terras de reserva. Aquela era, na verdade, terra que supostamente pertence aos povos originários e que continua privatizada por empresas privadas. Diante de tudo isso, conseguimos ajudar com uma campanha de orçamento participativo que agora está, de fato, se espalhando. O orçamento participativo foi inventado no Brasil, então o Brasil tem uma tradição muito, muito longa de movimentos muito corajosos, que foram radicais no sentido verdadeiro da palavra.

O que eu quero dizer é: vamos tentar unir o maior número possível de pessoas em uma causa comum, porque, neste momento, não há mais tempo a perder. Sabemos que as pessoas se distraem, e sabemos que a América Latina está agora sendo tomada pela extrema direita, e isso prova

o quão espertos e inteligentes são os protetores do capitalismo. Mas quero encerrar dizendo: o sistema é muito mais frágil do que pensamos. O que eu provo no meu trabalho — o meu trabalho histórico sobre as origens da austeridade e do fascismo — é que não há nada de espontâneo no sistema, nada de natural. Eles querem nos fazer pensar que o capitalismo é natural, que é simplesmente quem nós somos. Não. O que se vê é que há um esforço permanente por parte das elites governantes, dos Estados, das instituições econômicas, dos bancos centrais, para proteger a ordem do capital. E você precisa se esforçar nisso constantemente, porque as pessoas, naturalmente, se levantam e querem mudar as coisas. Então a questão é que a construção está do lado daqueles que querem preservar o sistema. Isso significa que há muito mais força se nos unirmos, porque um sistema pode ser desmontado, desde que haja um contrapoder organizado.

- Professora, você pode nos contar um pouco sobre o seu Fórum pela Emancipação Econômica Real? Do que se trata e qual é a intenção dessa iniciativa?

- Com certeza, também temos um canal no YouTube. O que tentamos fazer é unir a educação pública, a política e a cultura. Então, claro, com inspiração em Antonio Gramsci e em muitos outros, para dizer que o conhecimento pode ser libertador. O conhecimento que circula, em sua maior parte, não é — é, em grande medida, propaganda para nos tirar poder —, mas o conhecimento é a semente do empoderamento, da emancipação e da reconquista da nossa humanidade. Então o conhecimento precisa andar junto com a experimentação concreta de novas instituições. Sabemos que o Estado capitalista é estruturalmente cooptado pela econo-

mia capitalista, e que a economia precisa do Estado para protegê-la, por isso não podemos pensar que, se elegermos pessoas, essas pessoas farão o que precisa ser feito para mudar as coisas. Precisamos repensar as instituições que nos governam.

As constituições liberais, as constituições que estruturam os Estados modernos, como os Estados Unidos, têm o propósito de proteger a propriedade e a elite. Elas se basearam na exclusão, na proteção das elites e em um distanciamento estrutural entre os que são eleitos e o suposto povo que deveriam representar. O Fórum também está construindo uma instituição horizontal inédita, capaz de dialogar com o governo e dizer: vocês precisam fazer mais, vocês precisam fazer mais. Existe esse elemento de tentar dizer aos governos de fato, por meio de um grupo constituinte organizado, que eles precisam fazer mais. Eu disse que, com o orçamento participativo, o prefeito de Tulsa, que nunca tinha ouvido falar do termo antes, está agora, de fato, iniciando um processo, depois que realizamos um evento bastante sério e, em seguida, uma campanha.

Vamos ver no que vai dar, mas é por meio de um grupo organizado que esse tipo de coisa pode continuar. E então, claro, há todas essas formas pelas quais podemos romper com a dependência do mercado. É claro que temos que pedir ao Estado que ofereça bens, mas também podemos fazer isso do nosso próprio lado — podemos ser criativos para encontrar caminhos. E isso é o que se aprende com o MST. O MST é realmente inspirador, porque são famílias camponesas pobres, que estavam na miséria, e que inventaram suas próprias formas criativas de garantir uma vida digna e muito mais ecológica. Nesse sentido, quero mencionar essa mara-

vilhosa Terra Vista, que fica perto de São Paulo e tem sido uma fonte de inspiração muito interessante para mim, pois é um espaço que foi um lixão, é um espaço ao lado de onde a água foi privatizada e está sendo vendida como mercadoria — enquanto as pessoas não têm dinheiro para comprar água. Eles reocuparam a terra e ainda não estão regularizados, mas, como acampamento, regeneraram o próprio bem-estar e o bem-estar da natureza: as duas coisas andam juntas, por isso é importante que consideremos esse projeto.

Eu sei que você também quer me perguntar sobre uma instituição que tenho em mente, já que me encontrei com o organizador de um grupo chamado Antropofagia. É uma companhia de teatro autogerida, também baseada na democracia horizontal, que trabalha com a Terra Vista para promover, de modo semelhante ao Fórum, um conhecimento capaz de impulsionar a nossa consciência e a nossa percepção do quanto poderosos somos, fazendo isso também por meio da arte, do teatro e de formas de comunicação que vão além dos livros. E isso, eu acho, é muito importante.

- Tenho uma pergunta que não tem relação com o seu livro, mas que vem da sua experiência, porque me incomoda muito quando vejo economistas e pessoas usando a expressão “países de Terceiro Mundo” ou “países subdesenvolvidos”. Existe alguma perspectiva, no futuro, de os economistas pararem de usar isso? Porque acho que ainda é tão agressivo. Se temos esses termos, onde está o segundo mundo? Onde está o primeiro? Como você vê essa forma acadêmica de repetir a história para fazê-la se tornar verdade? Existe alguma maneira de mudar essa mentalidade por dentro? Esse é, claro, o

trabalho que você está fazendo, mas o que você pensa sobre essas expressões, professora?

- Uma nota histórica: “Terceiro Mundo” foi, originalmente, uma expressão usada pelos países do Sul Global para dizer que não estávamos alinhados nem com os EUA nem com o bloco soviético. Então, originalmente, ela carregava, na verdade, uma ideia muito potente: a de que somos autônomos e queremos construir o nosso próprio futuro, independentemente do colonialismo, do imperialismo e da extração. Isso está, claro, bem no centro de como o crescimento econômico funciona sob o capitalismo, então, esse é um ponto. Agora, a questão é que os economistas, em vez disso, analisam o subdesenvolvimento do Sul Global através de uma lente que é, por assim dizer, extremamente racista e enviesada. Meu livro realmente tenta mostrar o quão terrivelmente classista e equivocada é essa perspectiva, pois eles tentam dizer que os países do Sul Global só terão sucesso se adotarem as políticas “corretas” do Norte Global, como a austeridade.

Bastaria que desregulassem mais, deixassem o capital financeiro crescer mais, tornassem o trabalho mais precário e cortassem salários, e estariam no caminho do desenvolvimento. E esse seria, supostamente, um caminho linear que todos podem percorrer, e, se ainda não chegaram lá, é porque são deficientes, é muito assustador. Eu até tive uma conversa com o famoso Nobel James Robinson, em um programa nos Estados Unidos chamado The Jon Stewart Show. Robinson tem o Prêmio Nobel, e toda a história dele é, na verdade, que as instituições em países como a Colômbia, ou seja lá qual for — Sudão, qualquer um — são deficientes e corruptas, e que essa corrupção, de algum modo, não existe porque a corrupção é aquilo de que

o capital precisa, mas porque é o problema daquelas sociedades. E que, bastaria que se conformassem, bastaria que aceitassem o Estado de direito, e se sairiam muito melhor.

É claro que isso é um absurdo. Hoje sabemos que não existe isso de Estado de direito — nunca existiu. E com Trump no poder, sequestrando Maduro e matando centenas de milhares de pessoas no Oriente Médio, sabemos que é tudo uma farsa, mas os economistas ainda estão convencidos de que essa é a história. Ora, o que mostro no livro é o oposto. Ou seja: temos crescimento e riqueza nos EUA e na Europa — para muito poucas pessoas, aliás, porque os EUA e a Europa também são muito desiguais. Nos EUA, o 1% do topo possui mais do que os 90% da base da população, ou seja, ainda muito desigual. Essa riqueza vem do subdesenvolvimento ativo do Sul Global. Logo, não haveria desenvolvimento sem subdesenvolvimento, percebe?

Ou seja, você não teria a riqueza que acumulamos em poucas mãos se não tivesse havido, desde as origens do sistema, o colonialismo — que agora se transformou em neocolonialismo e, neste momento, em um imperialismo ainda mais explícito e na extração de todas as terras raras e minerais ligados à IA, e assim por diante. Não haveria pobreza sem riqueza, nem riqueza sem pobreza — a pobreza tal como a conhecemos: miséria, dependência do mercado. Literalmente no Afeganistão, onde, aliás, agora, os refugiados afegãos serão proibidos de permanecer nos Estados Unidos, com pais tendo que vender os próprios filhos para alimentar os outros filhos. É assim que o capitalismo é: desespero, miséria, indignação, e é essa toda a questão. O que eu faço é mostrar como a relação entre Israel e a Palestina

espelha exatamente isso: os territórios palestinos são apenas uma versão em miniatura — como uma lente de aumento — do que acontece, de forma mais ampla, entre o Sul e o Norte. Os territórios palestinos são tornados dependentes da economia israelense, e essa dependência é aprofundada cada vez mais, à medida que a elite corporativa em Israel se beneficia, é claro, do subdesenvolvimento deles.

Por isso precisamos mudar completamente a nossa perspectiva. O que a China fez é muito inspirador. A China foi colonizada; era do Sul Global. Agora, a China afirmou o seu poder econômico — claro, com todos os limites de ter que competir em uma economia capitalista global. Estive na China há algumas semanas, e é impressionante como eles conseguiram colocar certas necessidades à frente do lucro, de um modo que, para mim, foi inesperado.

- Temos a tendência de ver os economistas como pessoas capazes de prever o futuro, como se tivessem algum poder especial para enxergar o que vem a seguir. Sob essa ótica, o que você espera do futuro? Você é otimista? Como você se sente em relação ao futuro?

- A famosa formulação “pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” é muito importante. A ideia de que não podemos idealizar o sistema, nem nos esconder atrás da ideologia, mas temos que analisar a realidade, e a realidade é terrível. Não acho que alguma vez tenha sido tão ruim na história da humanidade, e precisamos reconhecer isso e explicá-lo indo às raízes mais profundas. E é isso que o meu trabalho tenta contribuir: essa explicação pelas raízes mais profundas é, na verdade, muito libertadora, porque o que se vê é que, se entendemos profundamente o que está acontecendo,

também entendemos como o sistema foi feito para nos quebrar. Ele não está quebrado — ele foi feito para nos quebrar. E, portanto, o que precisamos fazer é, na verdade, quebrar o sistema.

E isso pode ser feito unindo-nos a pessoas que têm exatamente as mesmas necessidades que nós, e essa é a maioria da população. Então, as pessoas que votam no Bolsonaro, que votam em toda a direita, têm uma necessidade desesperada de uma perspectiva emancipatória que nós temos que levar até elas. Não podemos deixar apenas para os cristãos evangélicos e para a extrema direita falar com as pessoas, precisamos ir e construir instituições alternativas na base. E é isso que o Fórum está tentando fazer. O Fórum também está abrindo núcleos em diferentes partes do mundo, começamos em Tulsa. Agora temos uma assembleia que começou em Turim, onde Gramsci costumava atuar, e outra em Zurique. Estamos esperançosos, talvez, por alianças com movimentos que já existem no Brasil.

A questão é: vamos construir as nossas contra-instituições. É só dessa forma que podemos, de fato, evitar o colapso da sociedade. Então temos que agir agora. E é por isso que o genocídio na Palestina realmente acionou o alarme de forma muito, muito alta: porque, se continuarmos assim, é nisso que todos nós vamos acabar nos tornando. Não temos mais tempo e, por isso, precisamos nos organizar. E estou muito esperançosa, porque recebo muitas mensagens muito inspiradas de pessoas que ouvem entrevistas, leem livros e querem se organizar. Há um número enorme de pessoas que querem mudar as coisas, mas precisamos ser capazes de nos organizar de forma mais estruturada. Então, se você quiser ajudar na causa global, entre em contato. ■



Processos por intolerância contra população LGBTQIAPN+ crescem em 2025, aponta CNJ

Dados do Conselho Nacional de Justiça mostram alta em ações por preconceito relacionado à identidade de gênero e orientação sexual

Agência Brasil

O Judiciário brasileiro observou em 2025 um crescimento alarmante de processos por intolerância e injúria por orientação sexual, identidade ou expressão de gênero. O alerta é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Judiciário classifica em dois grupos esses tipos de crime, os

que afetam a identidade de gênero, quando faz referência a o que a pessoa é, como transexual, transgênero ou não binário.

Também os processos que dizem respeito à orientação sexual, quando a ação faz referência à atração por quem a pessoa tem, como homossexual, bissexual, assexual, por exemplo.

Os novos processos de preconceito por identidade de gênero, que representam uma parte das ações iniciadas por população LGBTQIAPN+, quase triplicaram,

passando de 83 em 2024, para 221, em 2025.

Já os casos julgados para esse tipo de crime passaram de 24 para 102 na comparação entre os dois anos. Quando considerados os processos que receberam baixa, por terem sido encerrados ou remetidos a outras instâncias, as ações saltaram de 43, em 2024, para 116 em 2025.

De acordo com nota divulgada pelo CNJ, “o crescimento indica maior presença dessas demandas no sistema de Justiça e reforça a importância de políticas judiciais voltadas ao enfrentamento da discriminação”.

Orientação sexual

Uma tendência de crescimento também foi observada nas ações referentes a discriminação por orientação sexual. Em 2024 foram registrados 167 novos processos e, em 2025, saltaram para 317. Julgados e baixados passaram de respectivamente 51 e 62, para 164 e 175, de 2024 para 2025.

Nos dados parciais de 2026, até 31 de maio, a tendência de crescimento também ocorre. Nesse período foram registrados 105 novos processos referentes à identidade de gênero e 173 novos processos por intolerância à orientação sexual.

De acordo com o CNJ, novas normas, qualificação de dados e capacitação de profissionais do Judiciário contribuíram para a ampliação do acesso à Justiça e fortalecimento da proteção à população LGBTQIAPN+.

“Entre os principais marcos estão o reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a regulamentação do uso do nome social e a possibilidade de alteração de prenome e gênero diretamente nos cartórios de registro civil”, destaca o informe do CNJ.■



“Parada Certa” para trabalhadores de aplicativos é instalado em Mauá

Cidade do ABC paulista é a primeira do país a receber projeto-piloto com infraestrutura de apoio e qualificação para entregadores e motoristas; iniciativa articulada pela Secretaria-Geral da Presidência e financiada pela Fundação Banco do Brasil prevê a instalação de 100 pontos em todo o território nacional

Fernanda Otero

Mauá tornou-se a primeira cidade do país a receber o projeto-piloto do programa do Governo do Brasil, Parada Certa — o primeiro de 100 pontos previstos — composto por contêineres modulares com infraestrutura de apoio a entregadores e motoristas de aplicativo. A iniciativa tem financiamento da Fundação Banco do Brasil e acompanhamento da Secretaria-Geral da Presidência.

O complexo instalado no pátio ao lado do Poupatempo de Mauá é com-

posto por dois contêineres adaptados: um módulo maior, destinado à convivência e à qualificação, e um bloco sanitário com banheiros e vestiários (masculino, feminino e acessível).

O espaço de convivência contará com copa, cozinha, micro-ondas, televisor, ar-condicionado e tomadas para recarga rápida de celulares, além de uma sala destinada a treinamentos e reuniões. Na área externa haverá pavimentação, bicicletário e um bolsão com cerca de 40 vagas de estacionamento. A previsão técnica apontada pela prefeitura é a inauguração e o início das operações para a última semana de junho de 2026.

Autoridades locais e federais acompanharam o recebimento e o posicionamento das estruturas. Se-

gundo a Prefeitura de Mauá e a Secretaria-Geral da Presidência, o projeto foi estrategicamente posicionado em função da densidade de tráfego e da centralidade logística do local. O ministro-chefe da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, acompanhou a instalação e, pelas redes sociais, elogiou o pioneirismo do município; o prefeito Marcelo Oliveira (PT) afirmou que a iniciativa confere “dignidade civil e condições básicas de trabalho” aos profissionais.

Durante a apresentação do Parada Certa em Mauá, representantes ressaltaram que o primeiro local servirá de modelo para outras cidades onde o programa será implantado nas próximas semanas, como Recife, Salvador,



Prefeitura Municipal de Mauá

São Bernardo do Campo, Contagem, Palmas, Brasília, Juiz de Fora e Rio de Janeiro.

Parceria SGP e Fundação Banco do Brasil

O presidente da Fundação Banco do Brasil, André Castelo Branco Machado, explicou à Focus que o apoio financeiro da FBB aos dez contêineres do projeto-piloto Parada Certa foi desenvolvido após diálogo com a SGP, com quem já realizam outras parcerias.

No caso do Parada Certa, o projeto, custeado com recursos próprios da Fundação, será implementado em terrenos cedidos por prefeituras, com obra e gestão a cargo de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Segundo Castelo Branco Machado, esta é a primeira ação

voltada especificamente para motoristas e entregadores de aplicativos executada pela FBB. “É um piloto para identificarmos o que funciona, o que não funciona e onde podemos avançar mais”, afirmou.

O presidente também ressaltou que o objetivo do programa vai além da infraestrutura física, buscando integrar capacitação e oportunidades de qualificação nos pontos de apoio. “Esses pontos têm uma questão fundamental, para além da assistência. Também temos discutido, nesse modelo de gestão, a oferta de cursos de capacitação; o Sebrae deve ser um parceiro nosso nesses locais”.

Ele acrescentou que a Fundação busca ouvir os trabalhadores para aperfeiçoar as soluções: “Temos que buscar soluções criativas e tentar trazer as plataformas para que elas entendam a importância

disso. Há uma grande expectativa de que, com o ponto organizado, possamos, inclusive, incluir as empresas de alguma forma”, avaliou.

Para o presidente da FBB, “todos têm de olhar com muito carinho para essas categorias de trabalhadores e buscar soluções para, de fato, melhorar a vida dessas pessoas. Para nós, na Fundação, isso é muito importante. É preciso ter abertura para ouvi-los e entender suas necessidades, porque é tudo muito novo; por isso devemos experimentar soluções criativas e tentar envolver as plataformas. Temos muita expectativa de que, com o ponto organizado, possamos, inclusive, incluir as empresas de alguma forma, para que reconheçam a importância disso e contribuam para melhorar as condições de trabalho”, concluiu.



Pé-de-Meia e políticas públicas derrubam abandono escolar no ensino médio em 40%

Taxa de evasão no 1º ano caiu de 3,7% para 2,2% entre 2024 e 2025, menor patamar em dez anos. Reprovação na rede pública recuou 62% em três anos

Redação Focus Brasil

Há dez anos, quase um em cada dez alunos do primeiro ano do ensino médio simplesmente desaparecia das salas de aula brasileiras. Em 2015, a taxa de abandono nessa etapa era de 8,7%, atingindo justamente os filhos da classe trabalhadora, empurrados pela necessidade de renda e por uma escola que não lhes dizia nada. Os dados da segunda etapa

do Censo Escolar 2025, divulgados pelo Inep nesta sexta-feira (26), mostram que esse número desabou para 2,2%, o menor da série histórica. De 2024 para 2025, a queda foi de 40%.

O que os números revelam é o resultado concreto de um conjunto articulado de políticas públicas que voltaram a tratar a educação como prioridade orçamentária e estratégica. O carro-chefe é o Pé-de-Meia, programa de poupança e incentivo financeiro que já alcançou 7,2 milhões de jovens de baixa renda e alterou a equação perversa que obrigava o adoles-

cente a escolher entre estudar e ajudar no sustento da casa.

Pé-de-Meia

A mecânica do programa é simples na forma e transformadora no efeito: R\$ 200 na matrícula, R\$ 1.800 anuais condicionados a 80% de frequência e R\$ 1.000 por série concluída, depositados em poupança cujo saque só ocorre ao fim do ensino médio. Ao todo, até R\$ 9.200 por estudante. “É o programa educacional mais importante da última década e um dos mais relevantes das últimas duas décadas por enfrentar a desigual-



dade de oportunidades”, define o ministro da Educação, Leonardo Barchini, ao comentar os resultados. “O jovem mais vulnerável precisa ter as mesmas chances de concluir os estudos que qualquer outro estudante. O Pé-de-Meia não é apenas uma transferência de renda. É uma política educacional para melhorar a permanência e o desempenho.”

A distinção é central. O programa não é assistencialismo compensatório — é intervenção estrutural sobre um dos mecanismos mais eficazes de reprodução da desigualdade brasileira: a evasão escolar precoce dos mais pobres. Ao criar um colchão financeiro que permite ao jovem permanecer na escola, o Estado ataca a raiz material do problema, não apenas seus sintomas.

Resultados que formam um sistema

O abandono escolar é a face mais visível de uma transforma-

ção mais ampla. Entre 2022 e 2025, a reprovação no ensino médio público caiu 62%, a distorção idade-série recuou 28% e a taxa de aprovação subiu 11%. No mesmo período, as inscrições no Enem feitas por concluintes da rede pública cresceram 46%. A taxa de não retorno ao ensino médio — indicador inédito calculado pelo Inep — caiu 28%. “Se esse indicador tivesse permanecido no nível de 2022, o Brasil teria, em 2025, quase 250 mil estudantes a menos no ensino médio”, explica Manuel Palacios, presidente do Inep.

A Pnad Contínua Educação 2025, do IBGE, confirma a tendência: a frequência escolar líquida entre jovens de 15 a 17 anos saltou de 76,8% para 80,6% em um ano, recorde da série iniciada em 2016. A proporção de jovens dessa faixa fora do ensino médio caiu de 23,2% para 19,4%. Para efeito de comparação, entre 2019 e 2022 a queda havia sido de apenas 2,7 pontos percentuais em quatro

anos — agora, foram 3,8 pontos em um ano só.

Esses avanços não se explicam por uma única política, mas por uma arquitetura integrada que articulou diferentes frentes. A educação em tempo integral, que parecia uma meta inalcançável do Plano Nacional de Educação, atingiu 25,8% das matrículas da rede pública em 2025 — eram 15,1% em 2021. São 8,8 milhões de estudantes com jornada estendida, mais tempo de aprendizagem, mais proteção social, mais vínculo com a comunidade escolar.

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas levou internet pedagógica a 100 mil escolas, 43,7% a mais que em 2023, alcançando 24 milhões de alunos. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada elevou a alfabetização infantil de 36% para 66% entre 2021 e 2025, construindo alicerces mais sólidos para toda a trajetória escolar futura. ■

(Com informações do MEC).



Ricardo Stuckert/PR

Desenrola cria crédito para bons pagadores com juros de até 1,99% ao mês

Nova fase do programa beneficia trabalhadores informais, empregados com carteira assinada e adimplentes do Fies; linhas para informais e egressos do financiamento estudantil terão contrapartida de bloqueio a bets

Redação Focus Brasil

O governo federal anunciou nesta segunda-feira (29) novas modalidades de crédito dentro do Desenrola, agora voltadas também a bons pagadores. A medida amplia o alcance do programa, lançado em 2023 para renegociar dívidas, e passa a beneficiar trabalhadores informais adimplentes, trabalhadores com carteira assinada e estudantes ou ex-estudantes que mantêm os pa-

gamentos do Fies em dia.

As iniciativas foram apresentadas por medida provisória e têm como objetivo prevenir a inadimplência, ampliar o acesso ao crédito em condições mais favoráveis e estimular o empreendedorismo. Segundo o governo, o Desenrola já beneficiou 7,5 milhões de famílias desde sua criação.

Para trabalhadores informais adimplentes, o Desenrola Adimplentes permitirá a troca de dívidas com juros que, segundo o ministro da Fazenda, Dário Durigan, podem variar entre 6% e 12% ao mês por uma nova linha de crédito

com taxa de até 1,99% ao mês. O público-alvo são informais com operações de até R\$ 15 mil.

Outra modalidade será destinada a trabalhadores formais com carteira assinada, que passam a ter acesso a crédito consignado privado com garantia adicional do FGTS. Com isso, a taxa de juros dessas operações também fica limitada a até 1,99% ao mês. De acordo com Durigan, essa linha já está disponível na Caixa Econômica Federal e deverá ser expandida para outras instituições financeiras, incluindo o Banco do Brasil.

O Fies Empreendedor prevê uma linha especial de crédito para egressos adimplentes do financiamento estudantil. A modalidade poderá financiar até R\$ 80 mil para pessoa física e até R\$ 180 mil para pessoa jurídica, com condições mais favoráveis do que as linhas hoje disponíveis no mercado. Segundo o ministro, quem mantém o pagamento em dia poderá acessar “a linha de crédito mais barata destinada ao empreendedorismo no país”.

Durigan afirmou que a nova fase busca fazer com que os resultados de uma economia mais organizada cheguem às pessoas que mais precisam. “Quando a gente está falando de um país que tem uma economia forte, uma economia organizada e que trouxe para o debate econômico do país a justiça social e a justiça tributária, nós temos que fazer com que os efeitos de uma economia forte cheguem às pessoas que mais precisam”, disse.

As novas linhas para trabalhadores informais e adimplentes do Fies terão como contrapartida o compromisso de autoproibição de acesso a plataformas de apostas esportivas online, as bets. A restrição reforça a tentativa do governo de associar crédito, reorganização financeira e proteção contra mecanismos que ampliam o endividamento das famílias. ■



Josimar “Vozinha”, goleiro de Cabo Verde batizado em homenagem a um lateral da Seleção Brasileira, levou para a Copa uma história atravessada por futebol, memória familiar e o improvável carinho das redes brasileiras

Entre Cabo Verde e o Brasil, como a Copa do Mundo fez o goleiro Vozinha virar fenômeno nas redes sociais

Atuação histórica no empate contra a poderosa Espanha transformou o até então desconhecido atleta do país africano em celebridade, com a ajuda providencial dos brasileiros

Henrique Nunes

Para quem acredita em destino, o próprio nome do agora famoso goleiro já dava indícios de que o futebol e o Brasil, cedo ou tarde, cruzariam o caminho de Vozinha. O Josimar escolhido pelos pais presta homenagem ao lateral-direito brasileiro conhecido por um golaço marcado pela Sele-

ção Brasileira na década de 1980, justamente quando o Josimar de Cabo Verde nasceu.

Poucos dias após completar 40 anos, aquele garoto que ganhou o apelido ainda na infância por ter sido criado pelos avós na Ilha de São Vicente entraria em campo contra a temida Espanha para, mais uma vez, fazer história. Primeiro porque o país que defende conseguiu uma vaga inédita na Copa do Mundo. Depois porque, ao final da partida, o veterano

provaria que seu destino, ainda que tardio para os padrões da modalidade, era mesmo o futebol.

Com sete defesas difíceis, Vozinha segurou o poderoso ataque da seleção europeia e foi eleito pela Fifa como o melhor jogador da partida. Saiu de campo carregado, com um troféu em mãos e cercado pelos companheiros. “Trabalhei toda a minha vida para chegar a estes palcos. Hoje consegui estar aqui e contribuir com a equipe com a minha experiência”, disse

o arqueiro, que está sem contrato com equipes de futebol profissional desde que deixou o Chaves, de Portugal, no início de junho.

Viralizou nas redes

Quando entrou em campo contra a Espanha, Vozinha tinha 48 mil seguidores em sua conta no Instagram. Ao final da partida, já acumulava mais de 4 milhões. A notícia foi dada ao próprio jogador pela jornalista brasileira Bárbara Coelho, que explicou a Vozinha de onde vinha aquela rede de apoio. “O Brasil parou para te assistir e o reflexo está aqui. Você é o responsável por isso aqui”, disse ao atleta, que mesclava incredulidade e emoção.

Vozinha usou a própria plataforma para agradecer aos brasileiros. “Eu tinha quase 50 mil

seguidores. Isso é louco, isso é louco. Muito obrigado, sempre os brasileiros tiveram muito carinho por nós e sentimos isso nas eliminatórias para a Copa. Agora chegamos aqui no maior palco do mundo e estamos sentindo esse apoio e carinho dos brasileiros. Só temos a agradecer!”, postou.

Quando entrou em campo novamente, em 21 de junho, pela segunda rodada da Copa, Vozinha já carregava a expectativa de uma nova grande atuação e, de novo, contra uma seleção poderosa: o Uruguai, duas vezes campeão do mundo.

O novo empate, em 2 x 2, teve menos glamour do que a estreia e até gerou uma ou outra especulação sobre a atuação do arqueiro. Mas nada que o carisma do atleta não pudesse tirar de letra. A

confirmação da vaga na última rodada, com o 0 x 0 contra a Arábia Saudita e a vitória da Espanha contra o Uruguai, selou a consagração. Vozinha e Cabo Verde estariam na próxima fase.

Aquela altura, o jogador sem clube, veterano e que cogitou a aposentadoria antes de embarcar para a maior competição de futebol do planeta já acumulava 17 milhões de seguidores somente no Instagram, muito mais do que a maioria dos clubes da Série A do Campeonato Brasileiro.

Em 3 de julho, os cabo-verdianos enfrentam a Argentina pela segunda fase da Copa do Mundo. Uma vitória é pouco provável diante dos atuais campeões, mas que ninguém duvide se um novo milagre cruzar o caminho de Vozinha. ■





Com resultado eleitoral no Peru e Colômbia, extrema direita consolida quadro político na América Latina

Pleito no Brasil será decisivo para os rumos da divisão política no continente

Claudia Rocha

A movimentação pendular entre extrema direita e o campo progressista é a essência do cenário político mundial nas últimas décadas. Na América Latina, o fenômeno pode ser lido a partir da ascensão e queda da chamada “onda rosa”, nome dado à chegada de presi-

dentes alinhados à esquerda na maior parte dos países simultaneamente.

Nesse contexto, a primeira onda rosa foi observada no começo dos anos 2000, com expoentes como Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela), Néstor Kirchner (Argentina), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), entre outros. Na década de 2010, também houve continuidade, foi neste período, por exemplo, que Pepe Mujica

governou o Uruguai.

Após a pandemia, o continente viveu mais um momento de vitórias progressistas, considerada a segunda onda, com Gustavo Petro (Colômbia), Gabriel Boric (Chile), Claudia Sheinbaum (que sucedeu López Obrador no México) e o retorno de Lula.

Agora, em 2026, o cenário político é totalmente diferente. Após o resultado das recentes eleições no Peru e na Colômbia, a maior parte do continente está alinhada

EXTREMA DIREITA AVANÇA NA AMÉRICA DO SUL

Com os resultados eleitorais no Peru e na Colômbia, o novo quadro político da região amplia o peso da disputa brasileira



Mapa político da América do Sul mostra a nova correlação de forças no continente após os resultados eleitorais no Peru e na Colômbia, com avanço da extrema direita e maior peso da disputa brasileira no cenário regional

aos valores da extrema direita.

Keiko Fujimori, filha do ultradireitista Alberto Fujimori, está na frente no pleito peruano, enquanto o midiático advogado Abelardo de la Espriella venceu na Colômbia com um discurso inspirado na política de segurança pública disseminada por Nayib Bukele, representante da direita em El Salvador.

Fujimori e Espriella são recém-chegados a um bloco que tem Antônio Kast (Chile), Javier Milei

(Argentina), Rodrigo Paz (Bolívia) e Daniel Noboa (Equador). Dessa forma, a eleição presidencial no Brasil ganha uma dimensão ainda maior, já que a influência econômica e política do país na região é grande.

Neste sábado (27), o candidato da esquerda, Roberto Sánchez, participou de uma manifestação na capital, Lima, para contestar o resultado eleitoral junto a apoiadores, ativistas e representantes do partido Juntos pelo Peru, que

apontam a possibilidade de fraude na contagem dos votos computados de peruanos no exterior. Apesar do segundo turno das eleições no país ter ocorrido no início do mês, o resultado final será divulgado somente na próxima sexta-feira (3).

Na Colômbia, na última quarta-feira (24), Iván Cepeda, reconheceu a derrota nas urnas em um resultado que explicita a divisão interna do país com apenas 250 mil votos de diferença entre os candidatos.



O caso colombiano

Sobre a escolha por Abelardo de la Espriella, o professor colombiano na área do Direito na PUC em São Paulo, especialista em Relações Internacionais, Pietro Alarcón afirma que o novo governante “representa uma corrente de extrema direita cuja filosofia é a solução dos conflitos sociais a partir da criminalização das resistências populares, estigmatização das lideranças e da tentativa de impor por meio da força um modelo econômico e político que claramente assume um viés autoritário”.

“O processo de paz na Colômbia, estabelecido em 2016, é um triunfo da luta popular que produziu um acordo reconhecido pelo Estado colombiano e internacionalmente pelas Nações Unidas. Houve um conjunto de reformas democráticas para gerar e consolidar um ambiente de paz. Agora isso está em risco, com Espriella é possível ter um retrocesso nesse assunto”, comenta Alarcón.

Segundo o professor, existe uma grande preocupação com a chance de reversão das políticas implementadas no salário mínimo, que teve um reajuste de 23% com Petro, das pensões dos apo-

sentados, programas de alimentação escolar e reforma agrária.

Para Pietro Alarcón, é necessário que haja unidade entre as bancadas do Congresso e os movimentos sociais em uma aliança tática para manutenção das conquistas do governo de Petro e uma maneira de fortalecer uma resistência estratégica para que o Pacto Histórico, partido da esquerda, possa retomar o governo nas próximas eleições.

Admirador assumido de Donald Trump, o novo presidente da Colômbia, chamado de ‘El Tigre’, naturalizado norte-americano e filiado ao partido Republicano, já anunciou medidas como a redução do papel do Estado, tolerância zero no tema da segurança pública e a abertura para a exploração estrangeira no setor de petróleo.

Brasil

A posição progressista do Brasil, que destoa do restante do mapa, é vista como estratégica do ponto de vista da resistência ao conservadorismo, principalmente, após as recentes declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Na terça-feira (23), Trump publicou um texto em sua rede social

afirmando que o país representa seu próximo desafio no continente. Reafirmando a posição de “potência política da região” do Brasil, o presidente norte-americano apontou que a eleição de outubro será “a mais importante do hemisfério” e que se a direita vencer o mapa da América do Sul será totalmente diferente do que era há apenas uma década.

Apesar de um encontro recente entre Trump e Lula, considerado um sucesso para a diplomacia brasileira, após as movimentações em favor de Flávio Bolsonaro, a relação esfriou, resultando em declarações sobre o assunto de ambos os lados na reunião do G7. Trump afirmou que o Brasil “se tornou um pouco difícil” e “politicamente perigoso”, enquanto Lula disse que espera que a soberania entre as nações seja respeitada.

O professor Pietro Alarcón destacou a divulgação dos documentos de atualização da política externa dos Estados Unidos, o que ficou conhecido como Corolário Trump ou Doutrina Donroe, uma nova forma da imperialista Doutrina Monroe, que visa impedir o avanço da influência de países como a China na América Latina. ■



Onda de calor histórica na Europa, terremotos na Venezuela e avanço de emergências sanitárias reforçam o impacto das mudanças climáticas e a dificuldade de resposta global diante de crises simultâneas.

A semana no mundo: do Ebola no Congo aos terremotos na Venezuela, crises sanitárias, climáticas e geopolíticas marcaram o noticiário

Da corrida da OMS por tratamentos contra o Ebola na República Democrática do Congo às negociações frágeis entre EUA e Irã pelo Estreito de Ormuz, a semana concentrou emergências em diferentes regiões do planeta. A combinação de surtos sanitários, desastres naturais, calor extremo e tensão militar voltou a expor a dificuldade de resposta coordenada diante de crises que atravessam fronteiras.

Na África Central, a Organização Mundial da Saúde anunciou testes com dois antivirais contra a rara cepa Bundibugyo do Ebola, em meio a um surto que já ultrapassou mil casos na República Democrática do Congo. Na América do Sul, a Venezuela ainda contabiliza mortos e desaparecidos após dois terremotos de grande magnitude atingirem o país, com impacto mais severo no estado de La Guaira.

A semana também foi marcada pela disputa em torno do Estreito de Ormuz, rota estratégica para o petróleo e o gás natural liquefeito, em meio a conversas entre Estados Unidos e Irã e novos episódios de escalada militar. Na Europa, uma onda de calor histórica deixou milhares de mortos, sobrecarregou necrotérios e reforçou o alerta de cientistas e da OMS sobre os efeitos das mudanças climáticas no continente que mais aquece no planeta.

OMS anuncia testes de dois possíveis tratamentos contra o Ebola na República Democrática do Congo

Com mais de mil casos confirmados, estudo vai avaliar antivirais contra a cepa Bundibugyo, ainda sem tratamento ou vacina aprovados

Com os casos de Ebola ultrapassando a marca de 1.000 na República Democrática do Congo (RDC), a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o início de testes com dois antivirais para combater o surto da rara cepa Bundibugyo do vírus. Os testes começam na próxima semana para avaliar se os medicamentos, isolados ou em combinação, podem reduzir a mortalidade entre os pacientes. Atualmente, não há

tratamento ou vacina aprovados contra a doença.

Segundo o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, o estudo será conduzido por um consórcio de parceiros, incluindo o Instituto Nacional de Pesquisa Biomédica da RDC, a ALIMA, a Universidade de Oxford e a própria OMS. Ele destacou o trabalho junto às comunidades para informá-las e envolvê-las no processo, garantindo o acesso aos tratamentos caso se mostrem se-

guros e eficazes, e agradeceu aos Estados Unidos e à farmacêutica Gilead Sciences pela doação das doses necessárias.

Desde que o surto foi declarado, em 15 de maio, foram confirmados 1.048 casos e 277 mortes no país. Os testes, que devem contar com a participação de 500 a 1.000 pessoas, terão início em um hospital da província de Ituri, no nordeste do Congo, região onde se concentra a grande maioria dos casos detectados.



EUA e Irã iniciam conversas sobre o Estreito de Ormuz, mas acordo segue por um fio

Rota estratégica para o petróleo e o gás natural liquefeito permanece no centro da disputa entre Washington e Teerã

O Irã anunciou nesta segunda-feira (29) a primeira reunião do Comitê Conjunto sobre o Estreito de Ormuz, realizada em Omã, desde a assinatura do acordo-quadro com os Estados Unidos, no iní-

cio de junho. O anúncio ocorreu após a imprensa norte-americana noticiar que Washington e Teerã teriam concordado em cessar os ataques e retomar as negociações no Catar. A informação, no entan-

to, foi marcada por desencontros: enquanto o vice-chanceler iraniano afirmou que as conversas técnicas em Doha “não estão confirmadas”, Trump declarou que a reunião “acontecerá amanhã”.

O entendimento de 60 dias, firmado em 17 de junho, prevê negociar o programa nuclear iraniano, o fim das sanções e o status de longo prazo do estreito, por onde passava um quinto do petróleo e do gás natural liquefeito do mundo antes da guerra. A rota segue como a principal moeda de pressão de Teerã, que a bloqueou em fevereiro, elevando os preços da energia por mais de quatro meses.

As tensões voltaram a escalar no fim de semana. O CENTCOM atacou dez alvos militares iranianos em resposta a uma ofensiva de drones contra um petroleiro, e o Irã retaliou com ataques a bases norte-americanas no Kuwait e no Bahrein. O impasse central permanece na rota de navegação, com os EUA e o Irã divergindo sobre o corredor de passagem, enquanto Trump reitera a ameaça de ação militar total.

Número de mortos nos terremotos da Venezuela se aproxima de 1.500, com dezenas de milhares ainda desaparecidos

Tremores de magnitude 7,2 e 7,5 atingiram o país e deixaram La Guaira como a região mais afetada

O número de mortos nos dois terremotos que atingiram a Venezuela na última quarta-feira, 24, se aproximou de 1.500 neste domingo, 28, enquanto equipes de resgate correm contra o tempo para encontrar sobreviventes entre as cerca de 50 mil pessoas ainda desaparecidas. O estado de La Guai-

ra, a cerca de 40 km ao norte de Caracas, foi o mais atingido, com 774 edifícios desabados, 3.150 feridos e 12.721 desabrigados.

A presidente interina, Delcy Rodríguez, que assumiu o cargo após seu antecessor ser sequestrado em uma operação dos EUA em janeiro, afirmou que os es-

forços de resgate continuam. Ela anunciou a suspensão das aulas por mais uma semana e comunicou o restabelecimento de 75% do fornecimento de energia em La Guaira. Famílias e voluntários passaram dias retirando vítimas dos escombros antes da chegada de mais de 2.600 socorristas estrangeiros. A população tem manifestado queixas quanto à escassez de equipamentos pesados e à limitada presença oficial.

Os tremores, de magnitude 7,2 e 7,5, podem estar entre os mais mortais da América Latina no último século. O Serviço Geológico dos EUA estima a possibilidade de mais de 10 mil mortes. Apesar de resgates pontuais com vida, inclusive de crianças, a janela crítica de 72 horas já se encerrou.

Onda de calor histórica deixa milhares de mortos na Europa e sobrecarrega necrotérios em Paris

França registrou forte aumento de mortes durante os dias mais quentes, enquanto novos recordes de temperatura avançaram pelo continente

A França começou a contabilizar o custo humano da onda de calor histórica que atingiu o país a partir de meados de junho, com a agência nacional de saúde pública, Santé Publique France, estimando ao menos 1.000 mortes adicionais nos três dias mais intensos. Segundo a France 24, as mortes diárias superaram 1.200 na última quarta-feira, dia mais quente já registrado no país, com 40,3°C em Paris, e chegaram a mais de 1.400 na quinta e na sexta. Cerca de 85% das vítimas tinham 65 anos ou mais, com forte aumento, de cerca de 40%, das mortes em casa, sobretudo entre idosos que viviam isolados na região parisiense.

A tragédia sobrecarregou os necrotérios da capital. O proprie-

tário de uma funerária próxima ao aeroporto de Orly, Zouhaier Hertelli, relatou à France 24 ter recebido centenas de ligações e ter recusado pedidos, com todas as 32 vagas de sua câmara fria ocupadas. Corpos chegaram a ser transportados para localidades até 80 km de Paris. A diretora funerária Véronique Bertrand alertou que as lições do calor de 2003, quando 15 mil pessoas morreram na França, parecem ter sido esquecidas, e defendeu o retorno da solidariedade com os vizinhos idosos.

Conforme o Irish Times, o calor extremo avançou para o leste do continente durante o fim de semana, com novos recordes. A Polônia superou sua máxima de 1921 ao registrar 40,5°C; a Tchêquia chegou a

41,1°C; e a Alemanha bateu recorde diário pelo terceiro dia consecutivo, com 41,7°C. O calor causou danos às ferrovias, suspendeu o tráfego de trens e bondes, e a polícia de Berlim usou canhões d'água para refrescar a população.

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, advertiu que a Europa é o continente que mais aquece no planeta, ao dobro da média global, e que cerca de 150 milhões de pessoas vivem sob calor extremo. Cientistas afirmam que a onda de calor é um resultado direto das mudanças climáticas causadas pelo homem.

As informações são dos sites Euronews, France 24, Irish Times, Africa News e agências



29/06/ 1958

A taça do mundo, enfim, é nossa!

Com dois gols de Pelé, dois de Vavá e um de Zagallo, a Seleção Brasileira, dirigida por Vicente Ítalo Feola, goleia a anfitriã Suécia no estádio Rasunda, em Solna, e fica com a Taça Jules Rimet pela primeira vez. Jogadores se abraçaram e choraram ao fim da partida, e Bellini levantou o troféu, entregue pelo rei Gustavo 6º.

1958 foi o ano em que finalmente superamos nosso “complexo de vira-latas”. O termo, formulado numa crônica do jornalista Nelson Rodrigues, fazia alusão ao hábito de nos julgarmos sempre inferiores, o que, segundo ele, nos levou a desastres como a derrota para o Uruguai na final da Copa de 1950. A crônica foi publicada na revista “Manchete Esportiva” de 31 de maio de 1958, quando a nossa seleção se preparava para estreiar nos gramados suecos:

[...] Por complexo de vira-latas entendendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mun-

do. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Em Wembley [cidade britânica que, em 1956, viu a Inglaterra derrotar o Brasil por 4 a 2, em jogo amistoso], por que perdemos? Por que, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humilhação. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: — e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: — porque Obdulio [Obdulio Varela, capitão do Uruguai] nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos. [...]

1958 foi também o ano em que apresentamos ao mundo a maior dupla de ataque de todos os tempos. Um dos craques tinha só 17 anos; o outro, as pernas tortas. Com Pelé e Garrincha, a Seleção Brasileira demoliu, uma por uma, as defesas adversárias — só a In-

glaterra, ainda na fase de grupos, conseguiu resistir, segurando o empate sem gols. Na final, a vítima foi a dona da casa, a Suécia, escolhida como país-sede pelo mesmo motivo que levou a Suíça a sediar a Copa de 1954: a neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil goleou por 5 a 2, e Bellini, pondo fim ao complexo de vira-latas, inventou o gesto que no futuro seria repetido por todos os capitães: ergueu a taça bem alto, acima de tudo e de todos. É possível também que nosso “vira-latismo” tenha sucumbido antes, no gesto de Didi quando a Suécia abriu o marcador: serenamente, ele pegou a bola no fundo das redes e a conduziu calmamente até o meio de campo, de cabeça erguida, como se antecipasse a vitória e dissesse, no ritmo da marchinha lançada na época: “Com brasileiro não há quem possa!”.

Naquele dia, não havia mesmo.

01/07/ 1990

América Latina cria o Foro de São Paulo

O Seminário internacional promovido pelo PT em São Paulo, em parceria com outras organizações e partidos de esquerda da América Latina, deu origem ao Foro de São Paulo. A organização foi criada com o objetivo de buscar alternativas ao receituário neoliberal que começava a ser hegemônico no mundo.

Naquele ano foi lançado o Consenso de Washington, com receitas econômicas que, aplicadas por vários governos da região, tiveram resultados desastrosos. O fracasso posterior do neoliberalismo na América Latina contribuiria decisivamente para o surgimento na década seguinte de governos de esquerda e de centro-esquerda na maioria dos países.

Desde então, o Foro de São Paulo faz reuniões periódicas nos países que têm partidos ou organizações filiadas. São mais de cem incluindo partidos com diferentes matizes de esquerda (esquerda, ultra esquerda, sociais-democratas e comunistas), organizações sindicais e sociais, grupos étnicos e movimentos da esquerda católica.

A 20ª e última reunião do Foro de São Paulo foi realizada em La Paz (Bolívia), em 28 de agosto de 2014. Seu tema central foi a mobilização pelas vitórias eleitorais de Dilma Rousseff (Brasil), Evo Morales (Bolívia) e Tabaré Vázquez (Uruguai). Todos foram eleitos.

02/07/ 1944

Força Expedicionária Brasileira chega à Itália e marca a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

O primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com cerca de cinco mil militares sob comando do general Zenóbio da Costa, chega à Itália para integrar as forças do 5º Exército dos Estados Unidos, dentro do 10º Grupo de Exércitos Aliados. A missão era conter o avanço alemão e apoiar a ofensiva final na Europa.

A entrada do Brasil na guerra, impulsionada por forte pressão da opinião pública, também foi discutida entre Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt no encontro realizado em Natal, em fevereiro de 1943. Na ocasião, Vargas condicionou o envio de tropas ao reequipamento das Forças Armadas brasileiras, visando também a defesa do território nacional.

Em agosto de 1943, foi oficialmente criada a FEB, sob comando do general João Batista Mascarenhas de Moraes. O símbolo escolhido foi uma cobra fumando cachimbo, acompanhada do lema “A cobra vai fumar”, uma resposta irônica aos críticos que afirmavam que era mais provável “uma cobra fumar” do que o Brasil enviar tropas à Europa.

No segundo semestre daquele ano, oficiais brasileiros foram enviados aos Estados Unidos para treinamento em técnicas militares. Já no início de 1944, os soldados — conhecidos como “pracinhas” — começaram sua preparação. Em sua maioria, eram jovens de origem popular e

com baixa escolaridade.

As primeiras ações de combate ocorreram em setembro de 1944, com a tomada de Massarosa, Camaiore e Monte Prato. No início de 1945, as tropas brasileiras participaram de batalhas decisivas como Monte Castelo, Castelnuovo e Montese.

Até fevereiro de 1945, cinco escalões da FEB haviam sido enviados à Itália, junto com cerca de 400 integrantes da Força Aérea Brasileira. Ao todo, o efetivo ultrapassou 25 mil militares, incluindo nomes que depois se destacariam em outras áreas, como Celso Furtado, Carlos Scliar, Boris Schnaiderman e Jacob Gorender. A escritora Clarice Lispector também atuou como enfermeira durante o período.

Com a rendição alemã em maio de 1945, os combates na Itália chegaram ao fim. A FEB registrou 454 mortos, enterrados no cemitério de Pistoia.

De volta ao Brasil, os pracinhas foram recebidos com celebrações populares. A participação brasileira na guerra expôs uma contradição do Estado Novo: enquanto defendia a democracia no cenário internacional, mantinha um regime autoritário no país.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Produção Política e Ideológica



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda